

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

LUCAS PAULA PIRES CARDOSO

**O Processo de Avaliação Funcional no Tratamento de Comportamento
Autolesivo em Neurodiversos: Uma Revisão Bibliográfica**

CORUMBÁ/MS

2024

LUCAS PAULA PIRES CARDOSO

Análise Funcional no Tratamento de Comportamento Autolesivo em Neurodiversos:
Uma Revisão Bibliográfica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul,
Campus do Pantanal como requisito básico para a
conclusão do Curso de Psicologia.

Orientadora: Dra. Livia Amorim Cardoso

CORUMBÁ/MS
2024

Análise Funcional no Tratamento de Comportamento Autolesivo em Neurodiversos:
Uma Revisão Bibliográfica

Lucas Paula Pires Cardoso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul,
Campus do Pantanal como requisito básico para a
conclusão do Curso de Psicologia.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Dra. Lívia Amorim Cardoso

UFMS

Membro interno da banca

Dr. Pablo Cardoso de Souza

UFMS

Membro externo convidado da banca

Dra. Ilma A. Goulart de Souza Britto

PUC – Goiás

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a meus pais, que se esforçaram para me dar as oportunidades que eles não tiveram acesso e cujo apoio foi crucial durante toda a minha jornada.

À minha amada noiva Mary, que me fez conhecer o amor de novo e não saiu do meu lado, me dando suporte em todos os momentos de necessidade e em todas as dificuldades desse caminho.

À Camille, Eduarda e Ryan, meus amigos mais próximos e que, desde antes dessa jornada começar, já me acompanhavam e me ajudaram a lidar com os estresses e momentos de nervosismo.

À Lívia Amorim Cardoso, por ter sido uma ótima professora, uma orientadora melhor ainda e uma amiga inesperada.

Análise Funcional no tratamento de Comportamento Autolesivo em neurodiversos: Uma revisão bibliográfica

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a importância e a aplicação da Análise Funcional no tratamento de comportamentos autolesivos (SIB) em indivíduos neurodivergentes, por meio de uma revisão bibliográfica narrativa. Os comportamentos autolesivos são descritos como aberrantes e de tratamento desafiador, especialmente dentro do espectro da neurodiversidade, que abrange diagnósticos como de Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH e outros perfis de desenvolvimento atípico. A Análise Funcional surge como uma ferramenta crucial para compreender as contingências ambientais que mantêm esses comportamentos, oferecendo uma base para intervenções individualizadas e baseadas em evidências. Por meio de uma revisão sistemática da literatura, identificou-se que a Análise Funcional possibilita o desenvolvimento de estratégias terapêuticas que abordem as funções dos comportamentos autolesivos — seja por reforço social, fuga de demandas aversivas ou reforçamento automático — sem recorrer a abordagens meramente supressivas. Os resultados demonstram que a integração das perspectivas de neurodiversidade, interpretada como variações nas topografias comportamentais, junto com a Análise Comportamental Aplicada promove não apenas a redução dos comportamentos autolesivos, mas também uma compreensão ampliada da diversidade e da inclusão. Conclui-se pela necessidade de mais pesquisas e do desenvolvimento de práticas clínicas que se alinhem a uma abordagem neurodiversa e humanizada, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de indivíduos neurodivergentes.

Palavras-chave: Análise Funcional, Neurodiversidade, Comportamento Autolesivo, Análise Comportamental Aplicada, Intervenções Individualizadas.

Abstract

The present study aims to analyze the importance of the application of Functional Analysis in the treatment of self-injurious behaviors (SIB) in neurodivergent

individuals through a narrative bibliographic review. Self-injurious behaviors are described as aberrant and challenging in treatment, especially within the neurodiversity spectrum, which includes diagnostics such as Autism Spectrum Disorder (ASD), ADHD, and other atypical development. Functional Analysis emerges as a pivotal tool for understanding the environmental contingencies that sustain these behaviors, providing a basis for individualized and evidence-based interventions. Through a systematic review of the literature, this study identified that Functional Analysis allows the development of therapeutic strategies that address the functions of SIB—be it social reinforcement, escape from aversive demands, or automatic reinforcement—without resorting to purely suppressive approaches. The results demonstrate that integrating neurodiversity perspectives, interpreted as variation in behavioral topographies, with Applied Behavior Analysis promotes not only a reduction in self-injurious behaviors but also a broader understanding of human diversity and inclusivity. The study concludes by highlighting the need for further research and the development of clinical practices that align with a neurodiverse and humanized approach, contributing to a better quality of life for neurodivergent individuals.

Keywords: Functional Analysis, Neurodiversity, Self-Injurious Behavior, Applied Behavior Analysis, Individualized Interventions.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. METODOLOGIA.....	3
3. NEURODIVERSIDADE COMO TOPOGRAFIA.....	4
4. FUNCIONALIDADE E COMPORTAMENTO AUTOLESIVO.....	6
5. ESTUDOS EXPERIMENTAIS.....	9
6. DISCUSSÃO.....	13
7. CONCLUSÃO.....	16
REFERÊNCIAS.....	18

1. INTRODUÇÃO

Na literatura, a Análise Funcional apresenta uma série de conceitos diferentes que variam em sua aplicação e em sua teoria (Neno, 2003). Para este trabalho, Análise Funcional será caracterizada como um ferramenta conceitual e metodológica, usada para explicar um comportamento através de uma geração de hipóteses a partir de dados observáveis direta ou indiretamente, utilizada para explicar e prever as funções de um comportamento pautado no método científico de observação, formulação de hipóteses, experimentação e análise dos resultados (Samson & McDonnell, 1990). Em diversos momentos da literatura, a Análise funcional foi utilizada como forma de intervenção em comportamentos autolesivos, também chamados de *Self-Injurious Behavior* (doravante referido por sua sigla em Inglês, SIB), que são referidos como um comportamento problema aberrante no qual o indivíduo se lesiona propositalmente com funções variadas e de tratamento desafiador (Iwata, et al. 1994).

Por si só, o tratamento de SIB tem se demonstrado complexo. Neste trabalho será explorada uma vertente específica desse tipo de comportamento: sua incidência em pessoas dentro do espectro da neurodiversidade, ou seja, em indivíduos que apresentam uma conexão neurológica atípica, se caracterizando apenas como mais uma diferença humana entre diversas outras, tais como sexualidade e etnia, e não uma doença a ser curada (Ortega, 2009.). Desta forma, entende-se por neurodiversidade uma variação nas topografias comportamentais referentes a atentar e perceber, sem considerar essas diferenças como patologias ou anomalias (Singer, 2016), e doravante será referido como tal. Esse conceito abarca principalmente pessoas com diagnóstico de autismo, indivíduos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Dislexia, Discalculia, Disgrafia, Síndrome de Tourette, Transtorno Afetivo Bipolar (TAB), Esquizofrenia, entre outros (Rosa & Bucco, 2023).

Diversos indivíduos dentro do espectro dessas variações topográficas apresentam comportamentos autolesivos de variadas funções, intensidades e topografias (Baghdadli, Pascal, Grisi, & Aussilloux, 2003; Bodfish, Symons, Parker, & Lewis, 2000; Soke et al., 2016). Dessa forma, compreender e abordar os

comportamentos autolesivos em indivíduos neurodiversos é um interesse crescente entre os profissionais da Análise Comportamental Aplicada (ABA). Esses comportamentos, como a autoagressão repetitiva, são uma preocupação clínica e uma fonte de sofrimento para os indivíduos e seus cuidadores. Almeida et al. (2022) mostraram que, em crianças com TEA, as intervenções podem ser difíceis até para profissionais treinados.

A complexidade de abordar esses comportamentos reside no fato de que sua topografia não revela sua função real e eles podem variar amplamente, além de apresentar altos riscos à saúde e integridade física do indivíduo (Martin & Peer, 2018; Saraff, Pepper & Trujillo, 2015; Iwata et al., 1994). Portanto, é necessário um tratamento holístico e baseado em evidências para compreender e tratar esses comportamentos de maneira eficaz. Nesse contexto, a Análise Funcional surge como uma ferramenta crucial na compreensão dos antecedentes e consequentes (funções) dos comportamentos autolesivos (Ceppi & Benvenuti, 2011). Através da identificação precisa dos fatores ambientais que influenciam esses comportamentos, a Análise Funcional proporciona reflexões valiosas para o desenvolvimento de estratégias terapêuticas individualizadas e eficazes.

Assim sendo, este material visa explorar a importância da Análise Funcional no tratamento de comportamentos autolesivos em indivíduos neurodiversos, destacando sua relevância no contexto da Análise Comportamental Aplicada. Nesta revisão bibliográfica, são evidenciadas a eficácia da análise e avaliação funcional nesse cenário clínico específico e em como a utilizar devidamente para esses fins.

Este estudo se propõe a evidenciar a relevância da Análise Funcional no tratamento de comportamentos autolesivos em indivíduos neurodiversos, uma vez que, diante da complexidade associada a abordagem terapêutica desses comportamentos desafiadores, a compreensão da funcionalidade dos comportamentos autolesivos torna-se essencial (Souza Britto et al, 2020; Durand & Crimmins, 1988.). Ao explorar a importância prático-teórica da Análise Funcional nesse contexto, este estudo visa fornecer reflexões para o aprimoramento das práticas clínicas, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos neurodiversos e para o avanço do conhecimento científico na área da saúde.

O objetivo geral deste estudo é evidenciar, por meio de uma revisão bibliográfica, a importância e relevância do uso da análise e da avaliação funcional

no tratamento de comportamentos autolesivos em pessoas neurodiversas. Para isso, os objetivos específicos incluem: (a) analisar a literatura científica existente sobre a relação entre comportamentos autolesivos e neurodiversidade, (b) compreender as funções que esses comportamentos desempenham no contexto da neurodiversidade, (c) e avaliar a eficácia das intervenções baseadas na Análise Funcional no tratamento de comportamentos autolesivos em indivíduos neurodiversos.

2. METODOLOGIA

Este estudo utilizou a metodologia de revisão bibliográfica narrativa para alcançar seus objetivos específicos. A revisão bibliográfica foi realizada, utilizando bases de dados eletrônicas relevantes, tais como PsycNET, Google Acadêmico, SciELO e o *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA), para identificar artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos pertinentes à temática em questão. Foram utilizados os seguintes termos de busca específicos para identificação de material para análise: “Comportamentos Autolesivos”, “Neurodiversidade”, “Análise Comportamental” e “Análise Funcional”, sendo utilizados tanto os conectivos “e” quanto “ou”. A busca se limitou a textos publicados nos últimos 20 anos, com exceção de literaturas tidas como clássicas e de textos de autores considerados relevantes nos assuntos tais como os autores Brian A. Iwata, Garry Martin e Joseph Pear.

Após a identificação dos estudos relevantes, foi realizada uma seleção criteriosa com base nos critérios de inclusão e exclusão predefinidos. Os critérios de inclusão abarcam estudos que abordem a relação entre comportamentos autolesivos e neurodiversidade, assim como intervenções baseadas na Análise Funcional para o tratamento desses comportamentos. Os critérios de exclusão são estudos que não abordem diretamente a temática ou que não estejam disponíveis em texto completo ou em um idioma diferente de inglês ou português.

Os dados foram extraídos dos estudos selecionados, incluindo informações sobre os participantes, métodos de intervenção, resultados e conclusões. Esses dados foram, então, organizados e sintetizados de forma a abordar cada um dos objetivos específicos propostos.

A análise dos dados foi realizada por meio de uma abordagem narrativa, com uma elaboração de textos e debate do que foi adquirido entre o acadêmico e a

supervisora, com a inserção dos textos escritos posteriormente no trabalho. As informações obtidas foram interpretadas à luz dos objetivos do estudo, visando fornecer reflexões relevantes para a compreensão da importância da Análise Funcional no tratamento de comportamentos autolesivos em indivíduos neurodiversos. Os dados provenientes da pesquisa foram organizados em textos dissertativos a fim de sintetizar informações relevantes ao tema.

3.NEURODIVERSIDADE COMO TOPOGRAFIA

O termo “Neurodiversidade” foi cunhado na década de 1990 pela socióloga australiana Judy Singer, utilizado em seu artigo “The Birth of an Idea” de 1998, que foi posteriormente incluído em sua tese de mestrado na Universidade de Tecnologia de Sidney. Originalmente, a autora abordou o termo para caracterizar determinadas variações neurológicas como Autismo, TDAH e Dislexia, afirmando que elas deveriam ser vistas como parte natural da diversidade humana (Singer, 2017).

Estando ela mesma dentro do espectro autista, a intenção da autora com a criação desse termo foi de desafiar as visões patologizantes do autismo e outras condições neurológicas, promovendo uma visão mais inclusiva e diversa da neurologia humana (Singer, 2017). Em seu trabalho, ela argumenta sobre a valorização e respeito quanto às variações neurológicas como parte da diversidade humana, e não como defeitos a serem corrigidos.

No presente trabalho, a visão de neurodiversidade de Singer (2017) se adapta com a visão analítico comportamental. Em vez de considerar as diferenças neurológicas como patologias, adota-se a ideia de que estas representam variações nas topografias e funções comportamentais dos indivíduos (Iwata, 1994). Dessa forma, essa visão de neurodiversidade como topografia é o que norteará este trabalho e sua interação com o processo de avaliação funcional.

A análise funcional experimental é uma ferramenta essencial para manipular e testar os comportamentos autolesivos em indivíduos que apresentam essas variações topográficas. Ela permite identificar os antecedentes e consequências dos comportamentos, proporcionando uma compreensão detalhada das suas funções (Ceppi & Benvenuti, 2011). Essa abordagem é particularmente útil para desenvolver intervenções eficazes que abordem as causas subjacentes dos comportamentos, ao invés de apenas tratar os “sintomas”.

Em indivíduos com diagnóstico de TEA comportamentos autolesivos podem

ser uma forma de comunicação ou uma resposta a estímulos sensoriais (Matson & Nebel-Schwalm, 2007). Através da Análise Funcional Experimental, é possível identificar as variáveis mantenedoras desses comportamentos: reforço positivo (atenção social), reforço negativo (fuga de demandas aversivas) ou autoestimulação sensorial (reforçamento automático). Com base nessas informações, terapeutas podem desenvolver intervenções que forneçam alternativas adequadas de comunicação ou modifiquem o ambiente para reduzir a necessidade de comportamentos autolesivos.

Essa perspectiva comportamental não apenas oferece uma compreensão mais profunda dos comportamentos nesse espectro de variação topográfica, mas também promove intervenções personalizadas e eficazes (Kurtz et al. 2011). Ao reconhecer a neurodiversidade como variação topográfica natural, é possível criar ambientes mais inclusivos que valorizem essas diferenças. Intervenções baseadas em evidências, como a ABA, têm demonstrado sucesso em melhorar a qualidade de vida de indivíduos neurodivergentes ao promover habilidades sociais (Durand & Crimmin, 1988; Samson & McDonnell 1990; Almeida et al., 2022; Horner e Carr (1997), comunicativas e acadêmicas, além de reduzir comportamentos problemáticos.

A integração da visão de neurodiversidade com a Análise do Comportamento promove uma abordagem mais inclusiva, respeitosa e funcionalmente científica. Reconhecer que essas diferenças são naturais permite desenvolver estratégias terapêuticas que valorizam essas variações e promovam a funcionalidade e o bem-estar dos indivíduos. Este enfoque não só desafia o modelo médico tradicional, que patologiza as diferenças neurológicas e comportamentais, mas também oferece uma perspectiva mais humanitária e holística, focada nas idiosincrasias.

Portanto, a compreensão e aplicação da neurodiversidade a partir de uma perspectiva comportamental não apenas contribui para a ciência e prática da psicologia, mas também para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. A aceitação e valorização da diversidade neurológica são passos fundamentais para garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças comportamentais, possam viver de maneira saudável, autônoma e socialmente aceitáveis. Este trabalho busca contribuir para essa mudança de paradigma, contribuindo teoricamente com a análise e intervenção comportamental em contextos de neurodiversidade.

4.FUNCIONALIDADE E COMPORTAMENTO AUTOLESIVO

Sendo caracterizado como um comportamento aberrante, crônico e cuja etiologia ainda é pouco conhecida (Iwata et al, 1994), o SIB é um objeto de estudo no campo da psicologia comportamental que levanta o interesse de autores que tentam identificar a forma mais efetiva de se tratar diretamente esse comportamento. Em seu trabalho, Iwata et al (1994) apresentam uma série de estudos realizados por outros autores que evidenciam tentativas falhas e bem sucedidas de intervir no tratamento de SIB. A maioria desses estudos, por sua vez, se apresentavam efetivos em alguns casos e não efetivos em outros. sendo que o único que se mostrou consistentemente efetivo foram os baseados em punição na forma de estimulação aversiva, porém tal tratamento fora contra-indicado a menos que todas as outras formas de intervenção houvessem falhado.

Um exemplo seria a diferença entre o caso do treinamento realizado por Allen e Harris (1965) com uma mãe cuja filha apresentava um SIB com topografia de uma coceira excessiva no rosto, pescoço e outras partes do corpo, resultando em feridas abertas e constantes, e o estudo de Corte et all. (1971) com 4 adolescentes com deficiência intelectual que apresentavam SIBs com topografias de tapas no rosto, puxões de cabelo, morder o dedo e arranhar o rosto (mantido por reforçamento automático).

Enquanto no caso de Allen e Harris (1965), com a implementação de um treinamento baseado em reforço diferencial de outro comportamento ou DRO (sigla em inglês para *differential reinforcement of other behavior*) elaborado pelos autores, o comportamento problema da garota foi extinto em 4 meses, no caso de Corte et all. (1971), a aplicação de DRO foi ineficaz fora de circunstâncias de privação alimentar e foi eficaz em somente um dos pacientes sob condições de privação alimentar média, levando os pesquisadores a conclusão de que no caso de pacientes com deficiência intelectual, o tratamento deveria ser específico para cada uma das condições nas quais o comportamento ocorria.

A partir dos exemplos, fica evidenciado por padrão a complexidade do tratamento de SIBs, especificada posteriormente como sendo causada por uma falta de clarificação das variáveis que envolviam a manutenção do comportamento (Iwata et al, 1994). Além disso, outro fator que aumenta a complexidade do tratamento são as especificidades dos SIBs em pessoas neurodiversas, cujas topografias tendem a

ser diferentes das topografias de pessoas neurotípicas, como por exemplo: bater a cabeça, mordiscar o braço, puxar o cabelo, cutucar o olho ou arranhar a pele (Soke et al, 2016). Tais comportamentos, além de serem de difícil tratamento, também apresentam um risco elevado para o bem estar do indivíduo, principalmente quando se considera que uma das principais causas de visitas às emergências entre crianças no espectro autista são as consequências de SIB (Kalb et al, 2012).

Em sua pesquisa, os autores realizaram experimentos com indivíduos que apresentavam SIB em formas diversas e foi constatado, como resultado de sua pesquisa, que esse tipo de comportamento pode possuir a sua função ligada a diferentes formas de reforçadores (Iwata et al, 1994). Seguindo o que foi apresentado pelo autor, Benvenuti (2011) investigou 3 formas de reforçamento que estavam diretamente conectadas com a funcionalidade e a manutenção desses comportamentos, sendo elas o reforço social (positivo e negativo) e o reforçamento automático, buscando propor formas de tratamento para cada função. Ao se falar de reforço positivo, o autor se refere a quando o comportamento tem sua frequência mantida (ou até mesmo aumentada) pela apresentação de contingências ou variáveis do ambiente, enquanto que o negativo se refere a remoção ou adiamento de um evento ou contingência aversivos.

Se diz que um reforço é social quando a contingência ou variável que é apresentada ou removida é a atenção de terceiros, como por exemplo um cuidador de uma criança que se aproxima dela e oferece suporte após a mesma bater com a cabeça contra uma parede (reforço social positivo) ou quando o indivíduo passa a engajar em comportamentos autolesivos para evitar tarefas difíceis ou interações sociais que causam desconforto. Já o reforço automático se refere a consequências produzidas pela própria manipulação (geralmente estímulos sensoriais) e independem do ambiente social.

Dessa forma, para tornar possível a identificação e diferenciação das contingências específicas e subjetivas que mantêm o comportamento autolesivo de cada indivíduo, surge a Análise Funcional. Na literatura da psicologia comportamental, a definição de Análise Funcional possui divergências, sendo considerada, a partir do pressuposto estabelecido por Samson e McDonnell (1990), como uma forma de identificar a função de um comportamento-problema através da geração de hipóteses e experimentação, mas tendo outros materiais de outros autores que interpretam a Análise funcional como sendo similar a um outro conceito,

chamado de Avaliação funcional.

Tal associação será desconsiderada neste trabalho, visto que ambos Análise e Avaliação Funcional apresentam propósitos diferentes e são aplicados diferentemente em sua própria metodologia. Diferente da Análise funcional, a Avaliação trata da reunião informações sobre o indivíduo, seu ambiente, suas contingências e as variáveis que o cercam. Tal reunião de informações pode ser realizada de maneira direta, com uma coleta de dados através da observação do indivíduo e do ambiente no momento em que o comportamento é emitido, ou de maneira indireta, através de avaliações e testes psicológicos, entrevistas com parentes ou pessoas próximas, encaminhamentos médicos e etc (Cone,1997), com o objetivo de delimitar as contingências responsáveis por causar o comportamento através de informações dos eventos antecedentes e consequentes ao comportamento, (Souza Britto et al, 2020).

Entretanto, é necessário ressaltar que nos últimos anos, a confiabilidade da observação indireta tem sido questionada na literatura, sendo evidenciado por Souza Britto et al (2020). Segundo os autores, as respostas dadas em uma entrevista durante uma observação indireta são influenciadas pelas subjetividades dos indivíduos com quem se faz a entrevista, sendo então recomendada sua aplicação somente em casos onde é impossível a aplicação de observação direta.

Sendo assim, enquanto a avaliação funcional é utilizada numa primeira instância do processo terapêutico para conseguir informações e delimitar um caminho a ser seguido no tratamento (Souza Britto et al, 2020), a análise funcional experimental é utilizada posteriormente através de uma metodologia de experimentação, dividida em etapas de análise separadas para cada uma das condições de experimentação, sendo elas as condições de teste como: o reforço social (condições de atenção), reforço automático (condição sozinho), comportamentos mantidos por reforçamento negativo fuga/esquiva (condição de demanda), reforçamento proveniente da manipulação de tangíveis (acesso a tangíveis) (Iwata et al, 2003), a fim de testar e comprovar ou descrever as teorias levantadas durante o processo da avaliação (Samson & McDonnell, 1990), sendo ambas de fundamental importância para uma intervenção psicoterápica comportamental aplicada corretamente.

Essa diferenciação entre termos é de fundamental importância para evitar uma ambiguidade que pode levar a confusão de ambos os conceitos, fato

evidenciado por autores tais como Souza Britto et al. (2020), Cone (1997) e Dunlap & Kincaid (2001). Partindo desse ponto, a análise funcional tem tido a sua efetividade comprovada na perspectiva comportamental e a sua obrigatoriedade reconhecida na formulação de tratamentos (Dunlap & Kincaid, 2001, Thompson & Iwata, 2005). Sendo assim, a análise funcional se voltará não só para as variáveis que afetam o comportamento e as condições que o mantém, mas também com a forma a qual o comportamento é afetado (Samson & McDonnell, 1990), visando investigar as diferentes topografias do comportamento para determinar a sua função.

Com isso, nenhum comportamento é considerado disfuncional, visto que se um comportamento persiste é por que ele é reforçado, e se ele é reforçado ele possui uma função (Skinner, 1953). Em contrapartida, é referido a esse comportamento como socialmente inadequado ou como comportamento-problema, sendo então utilizada a Análise Funcional experimental para investigar quais são as variáveis responsáveis por o manter e sob quais condições esses comportamentos se fazem presentes.

5. ESTUDOS EXPERIMENTAIS RELEVANTES PARA A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA

Ao analisar os textos e a literatura a respeito dos tópicos acima, diversos estudos contribuíram com a temática envolvendo comportamentos autolesivos. Souza (2024), realizou um experimento com dois pacientes que possuíam TDAH, com os quais foram utilizados avaliação funcional para identificar comportamentos problemas e os contextos sob os quais eles ocorriam e análise funcional para realizar a manipulação de variáveis e determinar sob quais condições eles eram emitidos, tendo sido seguido de uma intervenção baseada no delineamento de reversão do tipo A-B-A. Através da análise, foi possível verificar uma maior taxa na emissão de comportamentos tidos como excessivos, cujas topografias consistiam em “manipular a face”, “manipular o cabelo” e “movimentar o corpo/parte dele”, durante a condição sozinho, indicando um controle por reforçamento automático.

Através dessa conclusão alcançada através da análise funcional, foi possível ao autor aplicar a intervenção a partir do delineamento A-B-A, somado com Interrupção de Resposta e Redirecionamento (RIRD) e Reforço Diferencial de Outro Comportamento (DRO), resultando em uma eficaz diminuição da emissão dos comportamentos problemas pelo Paciente 1, que não poderia ter sido alcançada

sem o uso de análise funcional.

Em um outro estudo, a autora Souza (2014) realizou uma pesquisa com o objetivo de identificar e avaliar a maneira mais efetiva, dentre uma série de tratamentos, para diminuição de comportamentos autolesivos em pessoas com desenvolvimento atípico, ou seja, neurodiversas, após realizada a avaliação funcional. Assim como no caso da pesquisa de Souza (2024), a autora também identificou, através de uma análise funcional nos moldes propostos por Iwata et al (1994), que o comportamento tinha maiores emissões sob a condição “sozinho”, sendo então considerado como reforçado automaticamente, também foi considerada a condição de “demanda” como uma operação estabelecadora para a emissão desses comportamentos.

Para intervenção, foi aplicado um delineamento de tratamentos alternados do tipo ABCAD, sendo então comprovada uma diminuição na emissão do comportamento autolesivo na condição B, caracterizada por um intervalo de tempo fixo de 30 segundos, juntamente da condição D, na qual era aplicado um esquema de DRO. Sendo assim, de acordo com Souza (2014), Souza (2024), e Allen & Harris (1966), o uso de DRO se demonstrou efetivo para os casos onde o comportamento autolesivo era mantido através de um esquema de reforçamento automático, cuja identificação foi possível graças ao uso da análise funcional para identificar as condições nas quais o comportamento era emitido e as contingências responsáveis por sua manutenção.

Em um outro caso, em uma pesquisa coordenada pelos autores Garcia e Oliveira (2016), foi realizada uma intervenção para comportamentos autolesivos com um adolescente de 13 anos com diagnóstico de autismo, tendo o transtorno associado a deficiência intelectual. Diferentemente das duas pesquisas anteriores, durante a aplicação da análise funcional foi identificado que o comportamento era emitido em contextos de fuga, tendo sido então elaborado um modelo de intervenção baseado nessa descoberta, onde os autores realizaram planejamentos específicos para o contexto do adolescente com um enfoque em reforçamento não contingente (NCR) e treino de mando no ambiente escolar.

Essa intervenção obteve como resultado uma significativa redução nos comportamentos autolesivos do indivíduo. Considerando a abordagem específica e incisiva modelada para o caso do adolescente, é correto afirmar que a intervenção bem sucedida se deu graças ao uso da análise funcional para identificar o contexto

no qual o comportamento era emitido, possibilitando então a elaboração do tratamento específico que resultou na diminuição da emissão dos SIB.

Um outro estudo ainda, conduzido por Gouveia (2010), propôs uma intervenção comportamental em uma criança com diagnóstico de autismo, cujo comportamento escolhido para intervenção foi o de agressão direcionada à mãe. Através da análise funcional, dividida em um delineamento de três condições e seis subcondições, identificou-se que a emissão do comportamento era elevada na presença de atenção social e sob a condição de demanda, ao passo que deixava de aparecer na condição sozinho. A partir disso, Gouveia (2010) optou por intervir através de um delineamento A-B-A seguido de *follow-up*, utilizando reforçamento diferencial de comportamento alternativo (DRA) seguido por extinção (EXT) durante a fase de intervenção do delineamento. Com isso, foi possível alcançar uma redução de frequência do comportamento de agressões físicas à mãe, simultaneamente a um aumento de frequência dos comportamentos desejados.

Uma alternativa a esses métodos de intervenção foi proposta por Brasil (2019), que em um estudo com um adolescente de desenvolvimento atípico que possuía comportamentos autolesivos, investigou o uso de equipamentos de proteção e seus efeitos durante a análise funcional e intervenção. De acordo com a autora, foi realizado o método indireto de avaliação funcional através de entrevistas com familiares e com profissionais, bem como o método direto, através de observações na casa do participante e da instituição na qual ele estava incluído. Foram propostas cinco condições para a análise funcional do caso, sendo elas: atenção, tangível, demanda, controle e sozinho.

Cada condição foi controlada por um delineamento de múltiplos elementos, tanto com os equipamentos de proteção presentes quanto sem eles. Já na investigação, foi aplicado um delineamento ABAB com *follow-up*, havendo a manipulação da variável do uso do capacete. Após os procedimentos, Brasil (2019) propôs que o comportamento autolesivo era mantido por reforço positivo que, por sua vez, era alcançado através de atenção social e acesso à tangíveis, a autora também afirmou que apesar do uso do capacete como forma de intervenção para alterar a contingência que mantêm o comportamento possa ser efetivo, seu uso durante o processo de análise funcional pode acabar mascarando a real função do comportamento.

Assim, apesar de não estar diretamente vinculado com comportamento

autolesivo, a pesquisa de Gouveia (2010), bem como os estudos experimentais revisados, reforça a eficácia da análise funcional na identificação precisa das variáveis que mantêm os comportamentos-problema e na formulação de intervenções direcionadas. Estudos como os de Souza (2024) e Garcia e Oliveira (2016), Souza (2014) e Gouveia (2010) ilustram a aplicação prática dessa metodologia, demonstrando que compreender as fontes de reforçamento do comportamento em questão permite que analistas do comportamento desenvolvam estratégias de manejo específicas, como o reforço diferencial de outro comportamento (DRO) ou o treinamento de comunicação funcional (TCF). A identificação das condições nas quais o comportamento ocorre foi essencial para que intervenções baseadas na análise funcional resultassem em uma significativa redução das respostas autolesivas.

Além disso, os estudos evidenciam a importância de uma abordagem individualizada, pois o sucesso das intervenções depende da adaptação às necessidades particulares de cada indivíduo. Como observado em diferentes casos, os mesmos procedimentos terapêuticos produziram resultados variados, reforçando a relevância de um planejamento clínico personalizado e contínuo. Essas investigações empíricas destacam ainda que a análise funcional não é apenas uma técnica de modificação comportamental, mas uma ferramenta que promove práticas terapêuticas éticas, centradas na compreensão profunda dos fatores que influenciam o comportamento. A replicação de estudos semelhantes em outros contextos e com diferentes populações pode ampliar o conhecimento acumulado, contribuindo para intervenções cada vez mais eficazes e funcionais.

6. DISCUSSÃO

A Análise Funcional tem sido amplamente reconhecida como uma ferramenta conceitual e metodológica essencial na compreensão e intervenção de comportamentos autolesivos, especialmente em indivíduos neurodiversos. A literatura aponta que essa abordagem permite identificar os antecedentes e consequências dos comportamentos, proporcionando uma visão detalhada e funcional das funções que esses comportamentos desempenham (Ceppi & Benvenuti, 2011). Comportamentos autolesivos podem ter várias funções, como obter atenção, evitar tarefas ou situações aversivas, ou mesmo auto estimulação. A perspectiva analítico funcional é essencial para desenvolver intervenções eficazes

que abordem as causas subjacentes dos comportamentos em vez de apenas tratar os sintomas.

A prevalência de comportamentos autolesivos entre indivíduos no espectro autista é significativamente alta. Estudos indicam que fatores de risco específicos, como déficits de comunicação, estresse ambiental e comorbidades psiquiátricas, podem influenciar a manifestação desses comportamentos (Baghdadli et al., 2003; Soke et al., 2016). Esses fatores muitas vezes interagem de maneiras complexas, exacerbando os comportamentos autolesivos. Por exemplo, uma criança com diagnóstico de autismo que não pode comunicar suas necessidades de forma eficaz pode recorrer a comportamentos autolesivos para expressar frustração ou obter um estímulo sensorial.

A aplicação da Análise Funcional nesse contexto permite um tratamento mais individualizado e eficaz. Iwata et al. (1994) destacam a importância de identificar as variáveis que mantêm o comportamento autolesivo, permitindo intervenções mais precisas e adaptadas às necessidades do indivíduo. O estudo dos autores foi pioneiro ao desenvolver um método sistemático para a análise funcional de comportamentos autolesivos, estabelecendo um padrão para futuras pesquisas e práticas clínicas. A eficácia dessa abordagem é evidenciada pela sua capacidade de reduzir significativamente a frequência de comportamentos autolesivos em diversos estudos, incluindo aqueles focados em crianças com diagnóstico de transtorno do espectro autista (TEA) (Almeida et al., 2022).

Além disso, a compreensão da neurodiversidade como uma variação natural da topografia comportamental humana (Singer, 2016; Ortega, 2009) reforça a importância de desenvolver estratégias terapêuticas que respeitem e valorizem essas diferenças. A neurodiversidade reconhece que condições como o autismo, o TDAH e a dislexia não são defeitos a serem corrigidos, mas variações naturais da neurologia humana. Pellicano e den Houting (2022) reforçam essa visão ao sugerir que a ciência do autismo deve se mover para além da "normalização" dos comportamentos, em direção a uma melhor compreensão e valorização das diferentes formas de ser e funcionar.

Isso implica uma mudança de paradigma na abordagem terapêutica, onde o objetivo não é "normalizar" o comportamento, mas promover o bem-estar do indivíduo. É essencial que os profissionais da ABA estejam bem informados sobre as mais recentes evidências e metodologias para aplicar a Análise Funcional de

forma eficaz. Estudos como os de Durand e Crimmins (1988) e Samson e McDonnell (1990) fornecem uma base sólida para a aplicação prática dessa abordagem, destacando a importância da observação detalhada e da formulação de hipóteses baseadas em dados observáveis. No primeiro estudo, por exemplo, os autores enfatizam a necessidade de uma avaliação funcional detalhada para identificar os fatores específicos que mantêm os comportamentos-problema, permitindo intervenções mais eficazes e menos punitivas.

Identificar os reforçadores específicos dos comportamentos autolesivos, como demonstrado por Kurtz et al. (2011), permite desenvolver estratégias de manejo que reduzem significativamente a frequência desses comportamentos. Por exemplo, a identificação de reforçadores positivos ou negativos pode direcionar a intervenção para substituir os comportamentos autolesivos por alternativas mais saudáveis e funcionais. Intervenções personalizadas, baseadas nos resultados da Análise Funcional, têm mostrado ser mais eficazes do que abordagens genéricas. Beavers, Iwata e Lerman (2013) revisaram trinta anos de pesquisas e concluíram que intervenções específicas, como o TCF, que ensina habilidades de comunicação alternativas para substituir os comportamentos-problema, são altamente eficazes. O TCF, por exemplo, envolve ensinar o indivíduo a usar sinais, palavras ou dispositivos de comunicação para obter as mesmas respostas que antes eram obtidas por meio de comportamentos autolesivos.

A aplicação de técnicas de Análise Funcional em contextos educacionais e clínicos também têm se mostrado benéfica para a criação de ambientes mais inclusivos e suportivos. Horner e Carr (1997) discutem como intervenções baseadas na Análise Funcional podem ser integradas em programas educacionais, ajudando estudantes neurodiversos a desenvolver habilidades de comunicação alternativas e reduzindo a necessidade de comportamentos autolesivos como forma de expressão. Essas intervenções não apenas tratam os comportamentos-problema, mas também contribuem para a inclusão e a aceitação dos indivíduos neurodiversos em ambientes educacionais e sociais.

Esses achados ressaltam a importância da Análise Funcional não apenas como uma ferramenta de intervenção, mas como um meio de promover a inclusão e o respeito às diferenças individuais. A implementação de estratégias baseadas na Análise Funcional, apoiada por uma compreensão profunda da neurodiversidade, pode resultar em melhorias significativas na qualidade de vida de indivíduos

neurodiversos que exibem comportamentos autolesivos.

Assim, a análise funcional demonstra-se essencial para a compreensão detalhada dos comportamentos autolesivos em indivíduos neurodiversos, pois permite identificar os fatores que mantêm esses comportamentos e orienta intervenções eficazes e individualizadas. Ao investigar os reforçadores sociais, automáticos e negativos que sustentam tais comportamentos, é possível desenvolver estratégias terapêuticas mais precisas, que promovem uma substituição funcional e minimizam o sofrimento tanto do indivíduo quanto de seus cuidadores. Como evidenciado por autores como Iwata et al. (1994) e Garcia e Oliveira (2016), essa abordagem possibilita não apenas a redução dos comportamentos-problema, mas também o fortalecimento de habilidades comunicativas e sociais, contribuindo para uma melhoria significativa na qualidade de vida desses indivíduos.

Além disso, a articulação entre a perspectiva da neurodiversidade e a análise comportamental amplia o escopo da prática clínica, ao propor intervenções que não se concentram na normalização do comportamento, mas sim na inclusão e no bem-estar do sujeito. Ao reconhecer que os comportamentos autolesivos podem ser uma forma legítima de expressão ou autorregulação, a prática baseada na análise funcional se alinha com uma postura científica e mais inclusiva. Dessa forma, mais do que controlar ou eliminar respostas indesejadas, busca-se criar condições que favoreçam a funcionalidade e autonomia do indivíduo, promovendo ambientes mais acolhedores e alinhados com as suas necessidades. A perspectiva analítica funcional sobre o comportamento permite intervenções eficazes no tratamento de comportamentos autolesivos no contexto da neurodiversidade.

7. CONCLUSÃO

Com isso, se torna notável a importância da Análise Funcional como um recurso fundamental no tratamento de comportamentos autolesivos em indivíduos neurodiversos. Diferentemente de abordagens que visam a simples supressão comportamental, a Análise Funcional permite uma compreensão mais profunda das funções e dos fatores que mantêm esses comportamentos. Esse entendimento detalhado facilita o desenvolvimento de intervenções mais precisas e individualizadas, que visam substituir os comportamentos autolesivos por alternativas mais saudáveis e adequadas. A partir de um processo de observação e experimentação, é possível identificar as contingências de reforço que sustentam o

comportamento — como reforço social, automático ou de fuga —, orientando intervenções específicas e eficazes.

Neste contexto, o conceito de neurodiversidade — que reconhece as diferenças neurológicas como variações naturais e não patologias — proporciona um embasamento teórico que valoriza a inclusão e o bem-estar dos indivíduos. Ao adotar essa perspectiva, a Análise Comportamental vai além da normalização, permitindo que as intervenções considerem as particularidades dos indivíduos e busquem não só a redução dos comportamentos autolesivos, mas também o bem-estar integral e a autonomia dos sujeitos. Esse enfoque respeita e valoriza as idiosincrasias comportamentais, reconhecendo que indivíduos com diagnósticos como os de autismo, TDAH e dislexia possuem maneiras únicas de interagir com o ambiente.

Com isso, esta revisão bibliográfica mostra que técnicas como o DRA, o TCF, o DRO e a EXT são especialmente eficazes quando aplicadas em consonância com as funções específicas dos comportamentos autolesivos. Essas delimitações possibilitam que os profissionais substituam os comportamentos inadequados por alternativas saudáveis e adaptativas, promovendo uma redução sustentável das respostas autolesivas. A Análise Funcional, ao identificar e modular os reforçadores responsáveis pela manutenção dos comportamentos-problema, contribui para um tratamento menos punitivo e mais eficaz.

Destaca-se, também, a relevância de uma prática ética e interdisciplinar, onde a Análise Funcional é empregada em conjunto com os princípios de inclusão social e respeito às particularidades de cada sujeito. Ao integrar essas práticas com os valores da neurodiversidade, cria-se uma abordagem terapêutica mais justa e humanizada, que visa não apenas à redução dos comportamentos-problema, mas também à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Por fim, o presente trabalho enfatiza a importância de uma análise que vá além do modelo clínico tradicional, promovendo a inclusão e a aceitação das diferenças. As práticas terapêuticas baseadas na Análise Funcional e na neurodiversidade permitem intervenções mais completas, focadas na substituição dos comportamentos-problema e na construção de um ambiente acolhedor que favoreça comportamentos de autonomia dos indivíduos. Assim, a Análise Funcional não é apenas uma técnica de modificação comportamental, mas uma ferramenta poderosa para transformar a prática clínica em um processo mais inclusivo, onde

cada indivíduo é visto em sua totalidade e complexidade.

Considerando o impacto positivo das intervenções baseadas em análise funcional, se torna essencial a produção científica para o aumento da literatura no que diz respeito à linha de pesquisa apontada neste trabalho. As pesquisas revisadas para a produção deste material demonstram não só um avanço significativo no que diz respeito aos comportamentos considerados neurodivergentes mas também evidencia que muito mais pode ser alcançado através de novas investigações. Portanto, recomenda-se que pesquisas futuras se dediquem a abranger mais variáveis influenciadoras dos comportamentos humanos - sendo eles comportamentos problemas ou não - para um melhor arranjo de ambientes mais saudáveis para os organismos.

REFERÊNCIAS

Allen, K. E., & Harris, F. R. (1966). Elimination of a child's excessive scratching by training the mother in reinforcement procedures. *Behavior Research and Therapy*, 4, 79-84.

Almeida, L. L., Meneses, S. J. C., Lima, T. B. S. Ferreira, A. L. (2022). Contribuição da análise do comportamento para a redução de comportamento-problema. *Espectro - Revista Brasileira de Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo*, 1(1), 57-76.

Baghdadli, A., Pascal, C., Grisi, S., & Aussilloux, C. (2003). Risk factors for self-injurious behaviours among 222 young children with autistic disorders. *Journal of Intellectual Disability Research*, 47, 622-627. <https://doi.org/10.1046/j.1365-2788.2003.00507.x>

Beavers, G. A., Iwata, B. A., & Lerman, D. C. (2013). Thirty years of research on the functional analysis of problem behavior. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 46(1), 1-21. <https://doi.org/10.1002/jaba.30>

Bodfish, J. W., Symons, F. J., Parker, D. E., & Lewis, M. H. (2000). Varieties of repetitive behavior in autism: Comparisons to mental retardation. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 30, 237-243. <https://doi.org/10.1023/A:1005596502855>

BRASIL, Giovana Azevedo Reolon. Efeitos do uso do equipamento de proteção no comportamento autolesivo em adolescente com diagnóstico de TEA. 2019. 65 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) -- Escola de Ciências Sociais e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

Ceppi, B., Benvenuti, M. (2011). Análise funcional do comportamento autolesivo. *Rev Psiq Clín*. 2011;38(6):247-53

Cone, J. D. (1997). Issues in functional analysis in behavioral assessment. *Behavior Research and Therapy*, 35, 259-275. [https://doi.org/10.1016/S0005-7967\(96\)00101-5](https://doi.org/10.1016/S0005-7967(96)00101-5)

Corte, H. E., Wolf, M. M., & Locke, B. J. (1971). A comparison of procedures for eliminating self-injurious behavior of retarded adolescents. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 4, 201-213

DE GARCIA, Marcus Vinícius Fonseca; OLIVEIRA, Thais Porlan. REDUÇÃO DE COMPORTAMENTO AUTOLESIVO EM UMA CRIANÇA COM DIAGNÓSTICO DE AUTISMO UTILIZANDO REFORÇAMENTO NÃO CONTINGENTE E TREINO DE

MA. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, [S.l.], v. 12, n. 1, set. 2016. ISSN 2526-6551. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/3790>>. Acesso em: 23 out. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v12i1.3790>.

Dunlap, G. & Kincaid, D. (2001). The widening world of functional assessment: comments on four manuals and beyond. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 34(3), 365-377. <https://doi.org/10.1901/jaba.2001.34-365>

GOUVEIA, Jordana Silva de Mello. FUNCTIONAL ANALYSIS OF PHYSICAL AGGRESSION IN A CHILD DIAGNOSED WITH AUTISM. 2010. 81 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIANIA, 2010.

Hanley, G. P., Iwata, B. A., & McCord, B. E. (2003). Functional analysis of problem behavior: A review. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 36(2), 147-185. <https://doi.org/10.1901/jaba.2003.36-147>

Horner, R. H., & Carr, E. G. (1997). Behavioral support for students with severe disabilities: Functional assessment and comprehensive intervention. *Journal of Special Education*, 31(1), 84-104. <https://doi.org/10.1177/002246699703100106>

Iwata, B A; Dorsey, M F; Slifer, K J; Bauman, K E; Richman, G S (1994). *Toward a functional analysis of self-injury.. Journal of Applied Behavior Analysis*, 27(2), 197–209. doi:10.1901/jaba.1994.27-197

Kalb LG, Stuart EA, Freedman B, Zablotsky B, Vasa R. (2012). Psychiatric-related emergency department visits among children with an autism spectrum disorder. *Pediatr Emerg Care*. Dec;28(12):1269-76. doi: 10.1097/PEC.0b013e3182767d96. PMID: 23187983.

Kurtz, P. F., Boelter, E. W., Jarmolowicz, D. P., Chin, M. D., & Hagopian, L. P. (2011). An analysis of functional communication training as an empirically supported treatment for problem behavior displayed by individuals with intellectual disabilities. *Research in Developmental Disabilities*, 32(6), 2935-2947. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2011.05.009>

Martin, P & Pear, J. (2009). *Modificação do comportamento: o que é e como fazer*. Roca.

Matson, J. L., & Nebel-Schwalm, M. S. (2007). Assessing challenging behaviors in children with autism spectrum disorders: A review. *Research in Developmental Disabilities*, 28(6), 567-579. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2006.08.001>

Neno, S. (2003). Análise Funcional: Definição e Aplicação na Terapia Analítico-Comportamental. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 5(2), 151–165. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v5i2.78>

Ortega, F. (2009). Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Ciência & saúde coletiva*, 14, 67-77

Pellicano, E., & den Houting, J. (2022). Annual Research Review: Shifting from 'normal science' to neurodiversity in autism science. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 63(4), 381-396. <https://doi.org/10.1111/jcpp.13534>

Rosa, Rodrigo & Bucco, Eduardo. (2023). Neurodiversidade: Expandindo as Fronteiras da Diversidade, Equidade e Inclusão nas Organizações

Samson, D. M. & McDonnell, A. A. (1990). Functional analysis and challenging behaviours. *Behavioural Psychotherapy*, 18, 259-271.

Saraff, Pooja D.; Trujillo, Natasha; Pepper, Carolyn M. (2015). *Functions, Consequences, and Frequency of Non-suicidal Self-Injury. Psychiatric Quarterly*, 86(3), 385–393. doi:10.1007/s11126-015-9338-6

Singer, J. (2016). *Neurodiversity: The birth of an idea* [Kindle Edition]. Amazon Digital Services, LLC: Judy Singer.

SKINNER, B.F. **Ciência e Comportamento Humano** Brasília: Ed. UnB/ FUNBEC, (1953), 1970.

Soke, G. N., Rosenberg, S. A., Hamman, R. F., Fingerlin, T., Robinson, C., Carpenter, L., ... & DiGuseppi, C. (2016). Brief report: Prevalence of self-injurious behaviors among children with Autism Spectrum Disorder—A population-based study. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 46, 3607–3614. <https://doi.org/10.1007/s10803-016-2879-1>

Souza Britto, I. A. G., Marcon, R. M., Oliveira, I. J. S. (2020). Avaliação Funcional e a sua Prática em Contextos Aplicados. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1045>

Souza, Ellen Portilho de . Análise funcional do comportamento autolesivo em uma pessoa com desenvolvimento atípico [manuscrito] / Ellen Portilho de Souza. – Goiânia, 2014.

Teles-Souza, R. (2024). Avaliação Funcional e Tratamento de Comportamentos-problema de duas Pessoas Adultas com Diagnóstico de TDAH. Orientadora: Profa. Dra. Ilma A. Goulart de Souza Britto.

Thompson, R. H., & Iwata, B. A. (2005). A review of reinforcement control procedures. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 38(2), 257-278. <https://doi.org/10.1901/jaba.2005.176-03>

V. Mark Durand; Daniel B. Crimmins (1988). *Identifying the variables maintaining self-injurious behavior.* , 18(1), 99–117. doi:10.1007/bf02211821